

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início		Sessão/Reunião	
16 06 2016		15h40min		55ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				Página	
				1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 55ª
(QUINQUAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 16 DE JUNHO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.
Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Expediente lido vai à publicação.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos e conforme o disposto no art. 109, § 4º do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por trinta minutos, ou até que se comprove o alcance do *quorum*, que poderá ser antes dos trinta minutos. Se não, ao final dos trinta minutos, nós daremos a sessão por encerrada, de maneira definitiva.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h45min, a sessão é reaberta às 16h03min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Há *quorum*. Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
16	06	2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				2	

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, membros da imprensa, demais assessores, hoje ocupo esta tribuna novamente para falar do programa do Governo do Distrito Federal relacionado à área de saúde chamado Brasília Saudável. Esse programa tem como principal foco a mudança do modelo tradicional para a estratégia da saúde da família, no qual o paciente conhece a sua equipe, e, da mesma forma, essa equipe também conhece o seu paciente. Isso significa mais promoção na área da saúde, prevenção, assistência e vigilância.

O segundo ponto desse programa que o Governo do Distrito Federal lançou, o Brasília Saudável, que o governo tem como prioridade seria, Deputado Chico Leite, a capacitação das equipes para trabalhar na estratégia da Saúde da Família. Eu disse recentemente, na última terça-feira, que a estratégia da Saúde da Família serve para implantar a política de atenção básica aqui no Distrito Federal, que, na minha avaliação, conforme apresentado pelo próprio Secretário de Estado de Saúde na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, durante audiência pública de prestação de contas do relatório quadrimestral do último quadrimestre de 2015, infelizmente, 75% dos problemas da saúde estão na falta da implantação da atenção primária à saúde.

Então, o Programa Brasília Saudável, lançado pelo Governador Rodrigo Rollemberg, em conjunto com o Secretário de Saúde, vai ao encontro da ampliação e capacitação dessas equipes para trabalharem na estratégia da Saúde da Família.

O terceiro ponto interessante deste programa é que ele também estabelece indicadores de resultados, acesso avançado e acolhimento a todos do que produzem; ou seja, vão ser colocados os indicadores vinculados à prevenção à saúde. Obviamente, quando você previne, na saúde, você diminui a doença dentro das regiões que serão atendidas pela estratégia da Saúde da Família.

O quarto ponto é que se coloca em prática a classificação de risco em todas as unidades de regulação. E essas unidades de regulação serão coordenadas, Deputado Chico Leite, pela atenção primária. Da mesma forma que acontece com os leitos de UTI, também vai haver a regulação agora pela atenção primária. Isso é um grande avanço, porque você vai priorizar o atendimento no hospital para quem realmente precisa. É mais ou menos o seguinte: muitas vezes, um paciente com uma febre ou uma dor de garganta vai a uma emergência, mas ele não é prioridade ali para ser atendido. Ele pode ser atendido por uma equipe na Clínica da Família, ou até mesmo em uma UPA – Unidade de Pronto Atendimento, ou pela própria equipe da Saúde da Família que está visitando a casa dele. Agora, existem pacientes que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16	06	2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

têm uma complicação maior relacionada à doença e que precisam ser atendidos no hospital. E essa regulação, da mesma forma que acontece com as UTIs, também acontecerá com a atenção primária.

Também quero aqui repetir uma informação que eu falei na última terça-feira, de que uma das principais metas do programa Brasília Saudável vai ser a ampliação, Deputado Chico Vigilante, da cobertura da estratégia da Saúde da Família. Somente para deixar bem claro – e aqui precisamos dar a César o que é de César –, essa primeira estratégia foi implementada na época do Governo do PT, quando o Senador Cristovam Buarque era Governador do Distrito Federal, com um programa chamado Saúde em Casa.

Então, a ampliação dessa cobertura será iniciada em Ceilândia, passando, no primeiro ano, de 27 para 54 equipes, ou seja, dobrando a quantidade de equipes. Hoje, na cidade de Ceilândia, só existe cobertura da estratégia da Saúde da Família em 22% da população. Deputado Prof. Reginaldo Veras, na implantação desse programa, isso vai sair de 22% para 44%, chegando a mais de 200 mil pessoas sendo atendidas diretamente pela estratégia da Saúde da Família.

Mais uma vez, eu quero aqui defender a implantação deste programa. Agora, cabe a nós determinar e discutir exaustivamente qual é a velocidade com que queremos implantar esse tipo de situação. Se quisermos esperar a burocracia determinar o tempo, então, essa é uma decisão política que precisamos tomar. Entretanto, se quisermos vencer a burocracia, vencer a morosidade do Estado, e implantar isso de uma forma mais célere, mais justa, e acima de tudo, que tenha um controle social rígido, principalmente do controle externo e desta Casa, é um debate que nós precisamos abrir e precisamos fazer francamente. O que não dá mais é para irmos aos hospitais, entrarmos nas emergências e vermos pessoas morrendo, pessoas que ficam ali horas e horas esperando atendimento e, devido à falta de estrutura nos hospitais, não serem atendidas. Grande parte daqueles pacientes nem precisaria estar nas emergências para esperar o atendimento, poderia ser atendida pelas equipes do Saúde da Família. É óbvio que, para serem atendidos, precisam da ampliação.

Muitos perguntam: mas tem dinheiro? Dinheiro, tem. Como eu disse aqui, no ano passado foram destinados mais de 120 milhões para a atenção primária, e só foram executados um pouco mais de 35 milhões. O restante não foi executado e foi remanejado para atenção de alta e média complexidade. É um erro fazer esse investimento.

O que nós precisamos, e o Governo do Distrito Federal acerta em fazer isso, é tirar o foco da hospitalização e trazê-lo para a implantação definitiva, usando a estratégia do Saúde da Família, do atendimento via atenção primária à saúde no Distrito Federal.

Espero que o governo tenha fôlego, tenha condições de ampliar isso, Deputado Lira, não só para Ceilândia, mas para todo o Distrito Federal. Que faça isso

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16	06	2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

em São Sebastião, em Taguatinga, no Itapoã, em Planaltina, em Brazlândia, em todas as cidades-satélites do Distrito Federal.

Eu defendo que, para se resolver um dos principais problemas da saúde, é preciso, entre outras coisas, "desospitalizar" as pessoas, como diz uma notinha, e fazer com que elas sejam atendidas pelas equipes do Saúde da Família.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Convido para fazer uso da palavra, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, substituindo o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu afirmei daqui desta tribuna, por mais de uma vez, que não existia um balaio de dinheiro sagrado para financiar determinadas candidaturas, inclusive a do PSDB, e um balaio de dinheiro maldito para financiar as candidaturas, as campanhas do PT e de outros partidos. Eu disse isso mais de uma vez.

Essa lei que trata da delação premiada – à qual eu tenho críticas, mas que agora está mostrando resultados –, que foi elaborada e votada no Governo da Presidenta Dilma e sancionada por ela, agora está mostrando a real situação da política no Brasil.

Estão verificando, por exemplo, que, segundo o Sr. Sérgio Machado – que era do PSDB, à época, e hoje é do PMDB –, o então Deputado Aécio Neves comprou cinquenta Deputados, portanto, ele os financiou. Isso, lá no Maranhão, Deputado Chico Leite, chama-se comprar na folha. O arroz, você planta. Aí você vende na folha antes de dar o cacho. Ele financiou cinquenta Deputados, que foram eleitos, para ele ser Presidente da Câmara Federal. O Cunha aprendeu e ampliou. Em vez de cinquenta, ele comprou cento e cinquenta, e está aí. Está aí o resultado também do Léo Pinheiro, mostrando que todas as candidaturas foram financiadas pelas empreiteiras, umas mais e outras menos. Todas, ninguém escapou. Mas ainda há a história daquele jato que explodiu lá em Santos, de que até hoje ninguém sabe quem era o dono, e vai por aí. Portanto, Deputado Chico Leite, a verdade é que a política brasileira precisa mudar. Não dá para continuar do jeito que está.

Agora todos nós estamos ouvindo falar da questão, que parece que é muito grave, da delação do Sérgio Machado, que é do Ceará – os cearenses não têm nada a ver com isso, em todo lugar nasce gente boa e gente ruim. Ela fez com que o Brasil tremesse, mas dizem que a delação do filho dele é mais terrível ainda. É um jovem administrador de um fundo, ouço dizer, de 700 milhões de dólares. Estão dizendo que a delação que vai mexer mesmo com os caciques da política brasileira é a do Eduardo Cunha, que já disse que, ou o protegem, ou ele leva cento e cinquenta Deputados com ele. Acredito que, se ele quiser, leva mais.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16	06	2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				5	

Quando eu era Deputado federal, Deputado Chico Leite, participei da CPI dos Anões do Orçamento, e naquele tempo foi constatada a necessidade de cassar o mandato de cem Deputados. Aquela CPI tinha base para cassar cem Deputados, os anões do Orçamento. A Câmara só teve musculatura para cassar quinze. Depois eles os aperfeiçoaram, mas esses velhos métodos já vêm de muito tempo. É por isso que eu digo que está na hora de uma constituinte exclusiva para a reforma política que precisa ser feita no Brasil. Precisamos efetivamente passar o Brasil a limpo para que tenhamos um novo ordenamento jurídico e um novo País. Essa é a única saída para o Brasil. Fora disso, é o caos!

O que estamos vendo agora? Tiraram uma mulher honesta para botar uma quadrilha de celerados, de bandidos, que estamos vendo agora! Pergunto: onde estão os coxinhas – que viraram trouxinhas –, que foram às ruas? Onde estão aqueles que diziam: "Somos todos Cunha!?" Agora sumiram, não botam a cara, não falam nada! Ou continuam sendo Cunha?

Muito obrigado.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Quero comentar aqui o discurso do nobre Deputado Chico Vigilante. A situação do País está de mal a pior. Isso demonstra que a República já deu o que tinha que dar, está mergulhada num mar de lama, que está realmente acabando com o Brasil. A nossa economia já está deficitária, os empregos estão para lá de Marraquexe, o povo está passando necessidade. Pelo visto não vai sobrar ninguém da República.

Nesse caso, Sr. Presidente, a solução é a Monarquia, o Parlamentarismo Monárquico. Sim, é verdade, porque não há ninguém que possa honrar mais o seu país do que o próprio rei, que pode zelar por seu reinado. O povo brasileiro merece, sim, discutir essa questão do Parlamentarismo Monárquico, porque o monarca não precisa roubar, não precisa fazer conchavo com ninguém, não precisa fazer nenhum tipo de negociata.

Todos os países monarquistas, com todo respeito, são países de Primeiro Mundo, têm educação de Primeiro Mundo, são realmente estáveis politicamente. E o Brasil precisa é de estabilidade política.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Lira. Quero lembrar que a República não está perdida. Há V.Exa. e vários colegas daqui que poderão ainda salvar pelo menos alguns elementos republicanos. Calma, Deputado Lira!

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Aproveito o ensejo, Sr. Presidente, dessa fala do Deputado Lira para dizer que tenho um trabalho na Universidade de Brasília sobre esse assunto. Falar de Monarquia Parlamentarista no Brasil parece muito antiquado. Mas, apesar de eu não concordar que estejamos no tempo de retomar esse modelo, para fazer justiça à fala do colega, nesse meu trabalho eu chego à conclusão de que a interrupção da Monarquia Parlamentarista brasileira, que na época era considerada um dos modelos políticos mais avançados do mundo, ficando atrás somente do modelo inglês, foi um grande retrocesso.

As últimas descobertas das cartas trocadas entre a Princesa Isabel e o amigo Visconde de Santa Rita demonstram que a implantação da República no Brasil talvez tenha sido um grave golpe conservador contra a possível ascensão do Terceiro Reinado. Eu tenho um trabalho sobre isso lá na Universidade de Brasília. Só para comentar. Apesar de eu discordar de que esse seja o remédio, eu tenho que fazer aqui a justiça histórica como professor de história que sou.

DEPUTADO LIRA – Nós, que somos professores de história, sabemos que isso já é atemporal. Então, chega de monarquia.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, o meu tema aqui é fiscalização, que hoje pode ser considerada, provavelmente, uma das mais relevantes funções do Legislativo. Mas antes, Sr. Presidente, com a vossa permissão, eu queria fazer uma alusão ao tema lançado pelo nobre Deputado Lira.

Na realidade, não podemos culpar as formas pelos conteúdos sob pena de cometer injustiças. A Espanha é uma Monarquia e passou – e passa – pelo problema grave de corrosão de suas instituições. Então, não é o fato de ser Monarquia ou República. A forma de instalação da República, de fato, como já observou o nobre Deputado Prof. Israel, é que nos trouxe problema. Aliás, o Brasil – houve quem dissesse – passou a viver muito de grito e pouco de atitude: o grito do Fico, o grito do Ipiranga e outros gritos mais, menos comentados; e se esqueceu de consolidar suas instituições.

O problema, aliás, não está nas instituições, está nas pessoas. Em toda religião, em toda família, em todo partido nós vamos encontrar pessoas que gostam de fazer o que é correto e vamos encontrar pessoas que se desviam do caminho. Em toda religião, em toda igreja, em toda casa, em todo partido. De maneira que nós precisamos ficar atentos a isso, ter uma legislação forte.

Ficou claro que, sem uma punição severa, nós não vamos legar a nossa população uma prevenção geral, quer dizer, avisar que quem aja dessa forma não

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	7	

terá, em hipótese alguma, complacência. Nesse sentido, a operação Lava Jato presta um grande serviço ao País. Quem imaginou... Eu lembro a primeira vez que processei, como promotor, no início dos anos 90, um desses *white-collar crime*. Foi criticado. Sofri aqui e ali algum isolamento. Lembro especialmente de um. O Deputado Chico Vigilante já exercia a liderança e foi um dos denunciante. Muitos anos depois, hoje, estamos vendo a lei ser cumprida. Nós estamos vendo bilionários na cadeia, cumprindo pena, para avisar a todos que, se agirem assim, de fato haverá pena. Há uma legislação que está em vigor e que será executada.

O problema é você levar a sua família a um restaurante e lá se encontrar com um sujeito processado, condenado; é você se deparar na urna com um sujeito processado, condenado em primeira instância; é você se deparar com situações que fazem a sociedade, na descrença, perder a esperança.

Eu, aliás, aproveito... Sou republicano, Deputado Lira, permita-me. Um republicano convicto. Acho que nós precisamos mudar as pessoas, a sociedade, para alcançar uma instituição melhor, mas preciso dizer a V.Exa. que sou um otimista, tenho muita esperança. O Brasil está mudando, e aqueles que não se atentarem para isso vão notar na prática; sejam de que partido for, venham de que instituição vierem, famílias, igrejas; que aquele que violar a lei deverá merecer o rigor da punição.

Agora, eu acompanho Foucault, Sr. Presidente Deputado Prof. Reginaldo Veras, que advertia que não podemos mudar o mundo todo, mas podemos mudar o nosso mundo, que é formado pelas pessoas com que convivemos. Não adianta eu pregar a moral pública, não adianta eu reclamar dos outros uma conduta se eu não tenho a mesma, se eu não faço a diferença no meio em que convivo. Então, a minha impressão é a de que o que muda é o exemplo, é a atitude. O discurso, ele pode até enganar, iludir, guardar vãs expectativas; mas o que muda é a prática, é termos coragem, Sr. Presidente, de no dia a dia mostrar em atitudes que nós queremos uma sociedade diferente.

Mas eu vim a esta tribuna, Sr. Presidente, para informar da nossa reunião da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle hoje. O Deputado Delmasso estava presente, dirigiu os trabalhos, esgotamos a pauta. Lá debatemos um projeto muito interessante, próprio da índole do nosso bloco, V.Exa. sabe, de autoria do Deputado Prof. Israel, que preconiza um grande passo inicial da passagem da transparência passiva para a transparência ativa, que é a obrigatoriedade de se divulgar todos os dados. Tudo que é pago com recurso público precisa estar na internet ao alcance do pequeno celular, do pequeno computador, ao alcance do protagonismo autoral que faz a grande fiscalização deste País.

Então, nós lá aprovamos um projeto do Deputado Prof. Israel, nesse sentido, extremamente interessante, um passo importante na linha das nossas leis de acesso. Às 14h estivemos reunidos o Deputado Roosevelt Vilela, o Deputado Delmasso e eu com o Presidente do Tribunal de Contas, com o seguinte escopo, Sr. Presidente: nós

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016		15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		8

ali selamos um entendimento para compartilhar dados e informações e fazer uma equipe de trabalho conjunta com o objetivo de acompanhar e fiscalizar os gastos dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos.

Dali saímos com duas deliberações: a primeira é que, em uma reunião de trabalho, técnicos nossos e técnicos do tribunal, ainda amanhã ou segunda-feira, reunir-se-ão para iniciar o compartilhamento dos dados e propor as primeiras providências. Porque, para se fazer uma boa fiscalização, é preciso fazer uma prevenção. Pois bem, a segunda medida que lá deliberamos é uma visita ao Governador para que se evitem, primeiro, gastos; se não for possível, que se evitem gastos desnecessários com os Jogos Olímpicos e Paralímpicos num momento econômico-financeiro tão difícil por que passa o DF e por que passa o Brasil. Faremos provavelmente essa visita, nossa comissão e o Presidente do Tribunal de Contas, ao Governador e levaremos essa sugestão, essa recomendação.

DEPUTADO LIRA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Bom, colega, Deputado Chico Leite, por quem tenho um grande respeito e admiração, quero agradecer as palavras e comentários que o Deputado Prof. Israel fez sobre a Monarquia. Isso mostra que a Monarquia realmente, historicamente, tem demonstrado que é melhor para qualquer nação. Mas se referindo à Monarquia atual, a diferença entre o Brasil e a Espanha é que lá na Espanha, logo quando deu problema, o Rei Filipe VI dissolveu todo o Parlamento. Se fosse aqui no Brasil, com toda essa bagunça que está acontecendo hoje no Congresso Nacional, tenho certeza de que o imperador do Brasil já teria dissolvido todo o Parlamento e convocado novas eleições gerais.

Então, essa é a diferença. O que está acontecendo, na verdade, é que quanto mais se demora para resolver o problema político do País, mais a Nação sofre, mais ela chora lágrimas de sangue pela corrupção e também pela falta de gestores públicos nesse momento, porque estão todos envolvidos com a Lava Jato, com problemas de corrupção.

Então, só quero esclarecer a V.Exa. que, ao contrário do Brasil, o Rei Filipe VI foi lá, dissolveu o Parlamento e convocou novas eleições, que vão acontecer agora, dia 26 de junho. E assim tem acontecido também em outras nações monárquicas. O Parlamento deu problemas, está prejudicando a nação, o país, o rei vai lá e põe ordem na casa.

Era só para esclarecer a V.Exa. o que realmente está acontecendo. A Monarquia, apesar de ser uma senhora de idade, é mais moderna e mais íntegra do que a República, porque ela é divina, assim como também é divino o nosso senhor Jesus Cristo, Deus, enfim, o Rei Salomão, e assim foram todos os reis que passaram pela Terra.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16	06	2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				9	

DEPUTADO CHICO LEITE – Deputado Lira, eu quero agradecer a V.Exa. o aparte. Respeito muito o posicionamento de V.Exa. É importante o debate. Eu não sei se, na Espanha, eu não sei se em um reinado, num viés absolutista, poderia se discutir livremente sobre República. Como nós escolheríamos o rei ou a rainha? Seria através de eleição?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Dinastia! Mas a dinastia iniciando-se por quem?

DEPUTADO DELMASSO – Pelo último rei.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pelo último rei? Ah!

Pois não, Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA – Nós temos hoje o príncipe Dom Rafael, um jovem de vinte e poucos anos, que tem três ou quatro doutorados... Trinta e poucos anos, perdão. Ele fala pelo menos cinco idiomas. É um homem preparadíssimo hoje para assumir o País, se hoje tomasse o poder. Então, nós temos pessoas preparadas. A questão de quem vai ser o rei, de quem não vai ser, da família... Eu diria a V.Exa. que, uma vez que o Parlamento decide estabelecer o rei no País, ou que o próprio povo possa escolher isso por um plebiscito, é, sim, uma decisão democrática.

Então, é por isso que eu diria que a Monarquia, apesar de idade, é uma senhora moderna.

DEPUTADO CHICO LEITE – Está certo, Deputado Lira. Eu acho...

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Deputado Chico Leite, sem querer interromper V.Exa., é que o tempo se alonga, ainda temos o Deputado Delmasso para V.Exa. conceder o aparte.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Leite, primeiro quero parabenizar V.Exa. pelo discurso. E quero, mais uma vez, citar que hoje tivemos a nossa sétima audiência pública de prestação de contas na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Nessa sétima audiência pública de prestação de contas, hoje esteve presente a Secretaria de Habitação e a Companhia de Habitação do Distrito Federal, que apresentaram o relatório de gestão referente a 2015.

Na realidade, essa iniciativa se dá graças à emenda à Lei Orgânica, de autoria do Deputado Chico Leite, que colocou na Lei Orgânica a responsabilidade de o gestor vir à Casa do Povo a convite, sem que ele precise ser convocado, para prestar contas daquilo de que ele está cuidando. Como muito bem diz o Deputado Chico Leite, ele está cuidando da coisa pública.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Então, hoje já tivemos o sétimo secretário que veio aqui prestar contas, em uma audiência que foi muito técnica e muito bem apresentada. Não pude estar presente porque eu estava representado a Unale no seminário sobre a dívida dos Estados no Conselho Federal da OAB, mas quero só citar isso, Deputado Chico Leite. Mais uma vez, eu cito sempre, todas as vezes que temos essas audiências, graças à emenda de V.Exa., podemos justamente fazer esse trabalho de transparência e demonstrar à população do Distrito Federal que a Câmara está atenta aos gastos e à gestão das pastas do Governo do Distrito Federal.

Parabéns e muito obrigado!

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado, Deputado Delmasso.

Sr. Presidente, para então complementar, a minha impressão é que nós proclamamos a República, mas ainda não a realizamos. Então, a rigor, a outra impressão que tenho, Deputado Prof. Israel, é que há entre nós uma Monarquia mesmo. Quantos são os reis com suas famílias que dominam o PIB nacional? Monarquia até já há, não há formalmente; República, ainda não a fizemos se instalar no País. Quem fiscalizará o rei? Quem tomará suas contas e as de sua família? A minha avaliação é de que nós precisamos consolidar, amadurecer os instrumentos para a República. Nós não a temos ainda realizada no dia a dia, Presidente.

Quero agradecer aos colegas que apartearam, deixar essa informação e convidar os colegas para acompanharem e fiscalizarem conosco, por meio da Subcomissão de Fiscalização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, de Relatoria-Geral, hoje, do nobre Deputado Roosevelt Vilela, que propôs um plano de trabalho, mas que aceita sugestões e a participação de todos os colegas. Nós precisamos prevenir para, depois, não termos de discutir o preço de obras e serviços.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, em substituição ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde a todos.

O que me traz é outro motivo, mas eu não poderia deixar, até por todo respeito e carinho que eu tenho pelo nobre Deputado Chico Vigilante, e S.Exa. sabe disso, de responder quando S.Exa. se refere ao PMDB e a quem está hoje à frente do governo, mesmo que interinamente, como quadrilha. Claro, o PMDB, como todos os partidos, tem problemas. Porém, dizer que a Presidente Dilma é uma mulher honesta... É honesta uma pessoa que tenta ludibriar o Poder Judiciário usando de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016		15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		11

artimanhas para proteger pessoas que estão sendo investigadas? Não dá para chamar de pessoa honesta. Não dá para chamar de pessoa honesta alguém que foi apeada do poder não pelos políticos, mas foi apeada pelo povo brasileiro. O povo apeou a Presidente Dilma, porque não aguentava mais. O povo estava sofrendo nas mãos dessa senhora. Não houve na história um momento com tanta corrupção quanto a desse governo.

Deputado, claro que hoje, no momento, há problemas, mas problema maior houve no Governo da Presidente Dilma. Isso é inegável. Não houve, na história, tanta corrupção quanto no Governo da Presidente Dilma. Está aí: quantos membros do PT estão na cadeia? Quantos outros estão respondendo e pedindo, pelo amor de Deus, para que acabem as delações? Volto a dizer: Tenho muito respeito e carinho pelo PT, porque tem uma história maravilhosa de pessoas sérias e honestas. Mas tem muito bandido. Então, não dá para posar de honesto, de arauto da moralidade, porque não cabe ao PT, pelo amor de Deus! Então, com todo respeito, esse discurso de que é uma mulher honesta não cabe para a Presidente Dilma.

Agora, voltando ao que interessa, Presidente, eu quero aqui hoje agradecer aos Parlamentares da bancada federal, aos nossos Senadores e nossos Deputados Federais – exceto a Deputada Erika Kokay, do PT – que tiveram a coragem e a iniciativa de defenderem, Deputado Cláudio Abrantes, o reajuste dos servidores da segurança pública, porque nós sabemos que vivemos um momento de extrema dificuldade, e o Governador Rodrigo Rollemberg ainda não manifestou oficialmente a sua vontade. O Deputado Cláudio Abrantes tem feito um esforço extraordinário, junto com o Deputado Wasny de Roure, comigo e outros colegas, para implementar e encaminhar a mensagem. Hoje os nossos Parlamentares fizeram isto: encaminharam um ofício ao Presidente Temer, encabeçado pelos Deputados Izalci, Fraga, Rôney Nemer e pelos demais Parlamentares. Isso demonstra, Deputado Cláudio Abrantes, o compromisso que esses Deputados têm. A pressão política passa a ser fundamental. Quando eu disse “exceto a Deputada Erika Kokay”, é porque ela foi a única que não quis assinar. Por quê? Porque talvez seja para reajuste dos servidores da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Se fosse dessas comissões de direitos humanos que defendem bandido, ela seria a primeira a assinar. Bandido, ela é boa em defender. Mas como é para servidores que defendem os cidadãos de bem, com certeza ela não bota assinatura dela. Mas é melhor assim. É até bom, pois não contamina o nosso documento.

Mais uma vez, quero agradecer à bancada do Distrito Federal de Deputados e Senadores que tiveram a coragem, a iniciativa de reconhecer o excelente trabalho prestado pelos servidores da Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros e defendem a sua valorização. Muito obrigado a todos esses Parlamentares. Com certeza absoluta, com o apoio de V.Exas., teremos êxito nessa luta. Certamente, todo apoio é importante, e os senhores têm um papel fundamental.

Meu muito obrigado, Sr. Presidente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016		15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		12

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Deputado Wellington Luiz, até peço licença, pois a Deputada Federal Erika Kokay não é do meu partido nem nada, mas eu tenho certeza de que ela não assinou porque está amargurada pela forma como a Presidente Dilma, que ela tanto defende, saiu do poder no momento, e pela forma como o ex-Presidente do partido de V.Exa. chegou ao poder. Mas não podemos negar a história da Deputada Erika Kokay na defesa dos trabalhadores do Distrito Federal. Eu tenho certeza de que ela não encaminhou esse mesmo pedido muito mais por uma questão político-ideológica. Com certeza, ela não tem nada contra os trabalhadores da segurança pública. A Deputada Erika Kokay tem um histórico de defesa dos trabalhadores. Não é minha amiga, não sou do partido dela, mas não posso deixar aqui de lembrar a histórica atuação da Deputada Erika Kokay na defesa dos trabalhadores do Distrito Federal.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, V.Exa. me desculpe. Todos sabem do respeito que tenho por V.Exa., mas vou discordar. Como presidente do sindicato, por diversas vezes fui à antiga sede da Câmara Legislativa defender os policiais que eram acusados pela Deputada Distrital Erika Kokay de torturar bandido. Bandidos que queriam provocar rebelião no presídio lá eram defendidos pela Deputada, que jamais defendeu um policial. Sempre estive do lado de bandido. E nós sempre estivemos do lado dos policiais. Para mim, direitos humanos são para humanos direitos, não para bandido. E a Deputada Erika Kokay sempre esteve do lado de bandido. Do lado dos policiais e do lado dos servidores, das pessoas de bem, estivemos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu conheço, todos nós conhecemos a Deputada Erika Kokay e sabemos do compromisso que ela tem com os interesses dos trabalhadores. Eu posso falar pelo meu partido, Deputado Wellington Luiz – V.Exa. já era policial em 1990 –, quando nós tivemos aquilo que foi chamado de tirotaço. Houve enfrentamento da Polícia Militar com a Polícia Civil do Distrito Federal. Como ex-presidente da CUT e como Deputado Federal eleito, eu estava lá na frente, junto com os policiais, fazendo a defesa dos policiais civis. A Deputada Erika Kokay tem convicção com relação à defesa dos direitos humanos, mas não é definitivamente inimiga de policiais.

Sr. Presidente, quero dizer que caiu mais um ministro do Temer, um homem forte, inclusive. Henrique Eduardo Alves acaba de pedir demissão. Agora só falta o próprio Temer – citado na Lava Jato por Sérgio Machado e acusado de pegar dinheiro para a campanha do Chalita lá em São Paulo – pedir demissão. De um em um, vai sobrar só ele.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	13		

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu me lembro bem do tiroteio em que eu e V.Exa. estávamos. De V.Exa., eu me lembro bem, e da bala passando perto da nossa cabeça. Da Deputada Erika Kokay, não me lembro não – e olha que eu tenho memória muito boa. A história da polícia, eu conheço como poucos. Eu me lembro de V.Exa. no Congresso Nacional. Eu me lembro de V.Exa. no Conic, junto com a gente, varando a madrugada, defendendo os policiais. V.Exa. me desculpe, mas eu não me lembro da Deputada Erika Kokay se enfileirando ao lado de nós policiais.

V.Exa. sabe que sou extremamente honesto – tivemos nossas diferenças – e o tanto que eu o admiro. Se eu não achasse o que acho de V.Exa., eu não diria isso aqui na tribuna. Eu me lembro do Deputado Chico Vigilante várias vezes, e já votei em V.Exa. para Deputado Federal pela luta dos policiais civis. Mas a Deputada Erika Kokay? Nunca! Se ela tivesse, um dia, estado ao lado dos policiais civis, eu teria a hombridade, a honra de vir a este plenário e excetuar esse momento. Ela não esteve, Deputado, nunca! V.Exa. já esteve por diversas vezes. V.Exa. foi eleito com o voto maciço dos policiais civis – V.Exa. se lembra disso – sem fazer campanha na Polícia Civil. Eu quero que V.Exa. me desminta. V.Exa. foi eleito pelos policiais civis porque tem uma história na Polícia Civil. Desculpe-me, a Deputada Federal Erika Kokay pode ter uma história com outros trabalhadores, mas com os da polícia jamais, talvez porque nós confrontamos aquilo que ela defende, que são os criminosos, uma família de criminosos. Aí eu concordo.

Outra coisa, Deputado. Todos aqueles – sejam do PMDB, do PSDB – que estiverem envolvidos com Lava Jato ou com crime têm que ser expurgados, e não é da política, não. É da sociedade. Aí eu concordo com V.Exa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz. Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

O próximo sou eu, mas vou deixar para exercer o uso da palavra depois.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		14

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais uma vez ocupo esta tribuna. Hoje eu estive representando a UNALE – União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais – num seminário no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, sobre a questão da dívida dos estados. No seminário, estiveram presentes a FEBRAFITE – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais e a Direção Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, além do Presidente Nacional do Conselho Federal da OAB, que fez a abertura do seminário e acompanhou todo o debate.

Foi apresentada lá a questão da dívida dos estados. Está havendo uma discussão, inclusive dentro do Supremo Tribunal Federal, que foi questionado, à época, pelo Governo do Estado de Santa Catarina para que houvesse mudança na base de cálculo do pagamento da dívida. Só para entendermos, para vocês terem uma ideia, quando os estados assumiram a dívida com a União, Deputado Prof. Reginaldo Veras, a dívida nominal chegava a 92 bilhões de reais. Os estados já pagaram, até o final do ano de 2015, 256 bilhões, ou seja, vamos colocar aí duas vezes e meia aquilo que era a dívida nominal.

Por incrível que pareça, os estados ainda devem, segundo os cálculos feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional, mais de 450 bilhões de reais; ou seja, eles devem praticamente quatro vezes mais do que eles assumiram, do que a dívida nominal. É um absurdo isso! E o que está acontecendo? Por causa dessa questão da dívida, vários estados estão inadimplentes, estão com problema para pegar verbas federais, para fazer convênios, para fazer transferência de recurso para investimentos.

O grande debate é o seguinte: qual é a base de cálculo? Na realidade, a Secretaria do Tesouro Nacional baseia-se em uma lei de 1998. Essa lei, Deputado Chico Vigilante, que inclusive foi muito combatida pelo Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional, transformou a União em um agiota oficial, porque, se você pega 96 bilhões de empréstimo, já pagou 120 bilhões – isso é a soma de todos os estados – e ainda deve 400 bilhões, onde vai parar essa dívida se você deixar de pagá-la?

Na realidade, eu levantei algumas propostas ali, porque a grande discussão que se tem não é somente em relação à origem da dívida, é também sobre o que nós precisamos enfrentar. Eu falo como classe política. O grande problema da falta de desenvolvimento do País é a reforma tributária que não se consegue fazer.

A defesa que eu faço é que o Brasil precisa encarar, de fato e de verdade – não só no discurso –, uma reforma tributária que venha desonerar o contribuinte, porque hoje, infelizmente, qualquer produto que nós compramos, no mínimo, 50%

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16	06	2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

do seu valor é colocado como encargo social, como impostos. Eu digo, Deputado Ricardo Vale, que o Brasil é uma nação muito rica, porque qualquer pessoa que consegue sobreviver pagando 50% daquilo que ele compra ao Estado... Com certeza, nós temos muito recurso, dinheiro.

Eu acredito que nós precisamos dar um passo para o desenvolvimento. O Brasil precisa incentivar a geração de riquezas; o Brasil precisa incentivar a geração de riquezas, de emprego. Nós precisamos incentivar a independência do povo brasileiro. No dia 7 de setembro, comemora-se o Dia da Independência do Brasil, mas, infelizmente, milhares e milhares de brasileiros ainda continuam dependentes do Estado. Quanto mais pessoas são dependentes do Estado, mais dependente esse Estado fica e menos desenvolvimento vai ocorrer.

Eu não sou contra as políticas sociais. Eu acredito que as políticas sociais precisam ter uma finalidade. Eu acredito, Deputado Rafael Prudente, que uma pessoa não tem que ficar sobrevivendo de auxílios prestados pelo Estado, ela tem que ter uma finalidade, ela precisa produzir para a sua própria riqueza.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu já vou concluir. Nessa proposta de reforma tributária, social, que nós defendemos – inclusive, defendemos hoje para todos que estavam presentes nesse seminário –, nós precisamos trabalhar pela independência individual das pessoas, das famílias. Que as famílias consigam produzir a sua riqueza e se sustentar, porque quanto mais elas dependem do Estado, mais elas puxam o Estado para um retrocesso.

Então, eu defendo, sim, uma reforma tributária que olhe para o desenvolvimento econômico, que incentive o setor produtivo, que desonere o contribuinte, mas que também faça justiça social. Quem ganha mais tem que pagar mais; quem ganha menos tem que pagar menos.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos vivendo uma situação gravíssima no Distrito Federal, que é a demissão de seiscentos vigilantes, homens e mulheres da segurança privada do Distrito Federal, de empresas que prestam serviço ao Governo do Distrito Federal.

Nós sabemos que há uma licitação em curso e essa licitação está para acontecer. Nós estamos propondo ao Governador Rodrigo Rollemberg que espere a licitação que está prestes a acontecer. O próprio governo anunciou, com determinado estardalhaço, que iria aumentar o número de vagas, que hoje é de cerca de 6 mil e quinhentos. Disse que passaria para 7 mil e quatrocentos vigilantes. Agora, vem as demissões! E qual a justificativa da Secretaria de Estado de

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		16

Planejamento e Orçamento? É de que tem que demitir porque houve um reajuste nos salários de acordo com a inflação. Fico me perguntando: em um país onde um quilo de feijão está custando 11 reais, em um país onde o casamento mais duradouro de que se tem notícia na história – o do arroz com o feijão, que estavam casados, juramentados – se desfez, pois aconteceu o divórcio litigioso – o feijão foi embora e o arroz ficou na panela do pobre –, como é que quer reduzir salário?

Pergunto: se os salários ficarem quatro anos sem reajuste, qual o poder de compra que esses salários terão? Nós vimos, agora mesmo, os ministros do Supremo Tribunal Federal, que tem uma remuneração boa, saindo de um salário de 33 mil para 39 mil. E aí, querem acabar com o emprego, querem assassinar o emprego de vigilantes? Nós não aceitamos!

Estamos apelando para o Governador, pedindo que reflita sobre essa situação de tranqüilidade e de desespero que ele está levando para essa categoria. Ontem, nós passamos o dia inteiro na porta do Palácio do Buriti. Estamos esperando uma solução por parte do Governador. E vamos voltar. Na segunda-feira, às 8 horas da manhã, estaremos novamente lá na porta. Nós esperamos que, até segunda-feira, o Governador apresente uma solução para esse gravíssimo problema, até porque a palavra do homem e da mulher têm que valer alguma coisa. Há um vídeo do Governador Rodrigo Rollemberg, na época da campanha, dizendo que não ia mexer com o emprego de terceirizados, que não ia reduzir o número de vigilantes, de brigadistas e nem de trabalhadores da limpeza. Portanto, Governador, V.Exa. que é nordestino – e eu também sou –, lá no Nordeste, temos uma filosofia que diz o seguinte: a única coisa que vale é a palavra. Portanto, nós queremos que o senhor honre a sua palavra e deixe os vigilantes em paz.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou dizer algumas palavras sobre o que foi dito, agora, pelo Deputado Chico Vigilante. Eu acho que a pior forma de se reduzirem custos é mandando trabalhador embora. Nós temos aí em torno de setecentos vigilantes, que, dentro de poucos dias, vão estar desempregados. Não se devia considerar isso apenas como um número, ali são setecentos pais de família que, muitas vezes, sustentam cinco, seis, dez pessoas. Infelizmente, nós estamos, mensalmente, batendo recordes atrás de recordes de desemprego. Então, acho que o governo tomou, mais uma vez, uma posição equivocada. E eu não vejo, Deputado Chico Vigilante, boa vontade do governo em reverter essa situação, até porque, ontem, foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal o cancelamento orçamentário de aproximadamente 12 milhões de reais destinados ao serviço de vigilância da Secretaria de Planejamento. Nesse mesmo ato, já fez a suplementação para a Novacap.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 16 06 2016	Horário Início 15h40min	Sessão/Reunião 55ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 17

Então, o governo fica enrolando os vigilantes, dizendo que está estudando uma forma, mas, na verdade, já tirou o dinheiro, já tirou o recurso para não ter como rever mais essa situação. Portanto, faço um apelo aqui, junto com V.Exa., para que o Governador reveja a situação mais uma vez equivocada.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Deputados, ontem o Governo do Distrito Federal anunciou que chegaram às suas mãos recursos suficientes para a construção do Hospital do Câncer do Distrito Federal, recursos oriundos do Ministério da Saúde, que foram repassados por meio de emendas da bancada federal, totalizando cerca de 166 milhões. Peço aos membros da Comissão de Educação, Saúde e Cultura uma atenção redobrada porque uma das contrapartidas exigidas pelo Ministério da Saúde, além de entrar com um pouco de recurso, foi a publicação do Plano Distrital de Atenção Oncológica.

A questão oncológica já vem sendo trabalhada com muito carinho e com muita dedicação pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura desta Casa. A notícia, claro, deixou-nos todos muito alegres, visto que já vínhamos trabalhando esse tema com muita intensidade desde que visitamos o Hospital de Base. As atitudes subsequentes acabaram levando à aprovação de um crédito suplementar de 35 milhões de reais para tentar sanar a gravíssima situação em que se encontra o tratamento de câncer no Distrito Federal.

Esse Plano Distrital de Atenção Oncológica será estudado nos mínimos detalhes pela nossa Comissão de Educação, Saúde e Cultura, até porque nós já tínhamos assumido o compromisso de, agora que o dinheiro chegou, triplicarmos a fiscalização da aplicação desses recursos. Para tanto, é claro, contamos com o apoio da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, presidida pelo nobre Deputado Delmasso. Ou seja, é dinheiro demais que estamos mandando para a área de saúde, para um setor específico da área de saúde. Como levará algum tempo ainda até que o Hospital do Câncer passe a funcionar, nós temos que fazer acontecer é o que temos hoje, Deputado Delmasso. E aquele recurso que encaminhamos, aprovado por todos nesta Casa, tem que ser aplicado com rigor e fiscalizado com um rigor ainda maior, porque não adianta construir um hospital bonito, belo, equipado, com profissionais, se os nossos doentes podem morrer antes de o hospital estar pronto. Temos que dar uma sobrevida com um tratamento decente para que, quando o Hospital do Câncer, que será de excelência, passar a funcionar, as pessoas possam alimentar a esperança de prolongamento da vida ou até de solução final de seu problema.

Aproveito o momento para, mais uma vez, parabenizar os membros da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, com destaque para o Deputado Rafael

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 16 06 2016	Horário Início 15h40min	Sessão/Reunião 55ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 18

Prudente, que é o Presidente da Frente Parlamentar de Atenção ao Tratamento de Câncer e que agora terá uma função redobrada com essa nova notícia.

Muito obrigado a todos os senhores.

(Assume a Presidência o Deputado Prof. Reginaldo Veras.)

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que vamos acompanhar a aplicação desse recurso, em conjunto com a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle e com a Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Também quero aqui citar a presença dos moradores da chácara 200 de Vicente Pires, que vieram aqui, mais uma vez, usar a Casa do Povo para buscar uma sensibilização do governo para que não haja novas derrubadas naquele lugar até que se encontre uma solução definitiva, até que a parte judicial esteja transitada em julgado. Então, eu quero citar a presença das lideranças da chácara 200 e dizer que sou solidário à luta deles.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputados, já faz algum tempo que eu e alguns Deputados desta Casa, em função de uma demanda de servidores da saúde, de sindicalistas e da própria população, temos acompanhado a questão da implementação das OS aqui no Distrito Federal, até porque o governo vinha tratando o tema às escondidas. Nós temos feito isso desde o ano passado. Eu cheguei a convocar os dois ex-Secretários de Saúde e perguntei-lhes sobre essa possibilidade. Eles não assumiram e não disseram que sim ou que não. Conversamos, por várias vezes, com muita gente do governo e com Deputados da base do governo.

Enfim, no último final de semana, o Secretário de Saúde, por meio de alguns veículos de comunicação, disse que o Governo do Distrito Federal vai trabalhar com as OS na atenção primária, iniciando pelas UPAS. Ele vai começar pela UPA de Ceilândia. Temos nos posicionado contra em função do que temos lido, visto e visitado. As experiências de OS no Brasil, infelizmente, não vêm dando certo. São muitos desvios de recursos, elas não atendem a demanda que tem de ser atendida, o sistema fica pior. O Estado perde o controle de uma série de ações que essas organizações fazem. Em função disso, eu cheguei até a protocolar um apelo, que se encontra na CCJ, pode ser inclusive aprovado na próxima terça-feira e depois virá para este plenário, para que impeçamos o governo de contratar as OS.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16 06 2016		15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		19

Para minha surpresa, como se não bastasse tudo isso, estou vendo no *site* do *G1* que um relatório preliminar da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro pede o fim das OS em UPAs no Estado do Rio de Janeiro depois de uma experiência de praticamente cinco anos. Aqui tem os dados do relatório preliminar da Comissão de Tributação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Eles pedem o fim porque sequer 65% das metas estabelecidas foram alcançadas. Portanto, não estão servindo de nada as OS no estado. E o interessante é que o governo tomou a decisão de acabar com as OS no Estado do Rio de Janeiro e vai criar uma fundação pública para gerir o sistema público de saúde de lá.

Então, no Estado do Rio de Janeiro, o governo, que já vinha trabalhando com as OS, atendendo a uma solicitação do Ministério Público e da própria Assembleia Legislativa, vai desistir, vai parar de trabalhar com as OS. Na contramão disso, o Governo do Distrito Federal e o Secretário de Saúde anunciam que, nos próximos dias, as UPAs serão geridas pelas organizações sociais. Então, o Governo do Distrito Federal está indo na contramão de estados que já tiveram experiência com as OS. Não tem controle, é um desperdício de dinheiro, é uma corrupção. Acho que o Governador e o Secretário de Saúde deveriam, já que não fizeram ainda e devem ter a informação de que o Governo do Rio de Janeiro está acabando com as OS, recuar dessa ideia e fazer o que o Governo do Rio de Janeiro vai fazer naquele estado, que é a criação de uma fundação pública para gerenciar e coordenar o processo da saúde do estado.

Aqui no Distrito Federal já houve uma fundação de saúde. Se não me engano, foi o Governador Arruda quem acabou com essa fundação. Depois o sistema piorou muito. Acho que o governo, em vez de deixar a gestão da saúde para essas organizações sociais, para essas empresas privadas, poderia criar novamente uma fundação e lhe passar a gestão das UPAs.

Infelizmente, estamos aqui nessa luta. Tenho esperança de que esta Casa ainda impeça que o governo contrate as OS, mas estão aqui as demonstrações. Está aqui no *G1* que o Governo do Rio de Janeiro, atendendo a um pedido da Assembleia Legislativa, está acabando com as OS naquele estado. E vai ser assim pelo Brasil afora. Já que não implementou ainda, Governador e Secretário de Saúde, desistam dessa ideia. Vamos melhorar a gestão da nossa saúde pública, vamos melhorar sem privatizar a nossa saúde.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016		15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		20

Deputada Telma Rufino, aproveito a ocasião para parabenizar V.Exa. por ontem ter presidido a nossa Câmara em Movimento lá na região de Águas Claras, Areal e Arniqueiras. De fato, foi bastante produtiva. Dois assuntos dominaram a pauta: o albergue e a falta de escolas naquela região. Que possamos encaminhá-los. Então, parabenizo aqui V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. está dizendo que dois assuntos dominaram a sessão lá: o albergue e a ausência de escolas. Houve um terceiro assunto importantíssimo que dominou, que foi a Deputada Telma Rufino. Assunto, aliás, palpitante.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Mas a Deputada Telma Rufino sempre domina os espaços onde está presente, Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria falar que já há doze Deputados em plenário.

Quero registrar a presença dos moradores da chácara 200 de Vicente Pires, que estão aqui, nesta tarde, pedindo um apelo a este Poder Legislativo, trazendo a proposta ao Governador do Distrito Federal de ceder dois prédios construídos na chácara 94 e na chácara 200, na tentativa de um acordo para essas famílias que agiram de boa-fé. Lá é uma área residencial praticamente consolidada. Que esta Casa faça uma ação em defesa desses moradores.

Então, aqui quero registrar a nossa solidariedade. Vamos ter realmente uma reunião com o Governador e vamos levar esse pleito de vocês. Nós realmente temos sensibilidade. Acho que, muitas vezes, quando o Poder Executivo fala “não”, temos que lidar com isso. O Poder Legislativo é que lida, Deputado Raimundo Ribeiro, todos os dias com as pessoas. Acho que nem a Justiça, nem o Poder Legislativo, nem o Poder Executivo podem agir somente em cima da legislação, porque, se fôssemos agir somente em cima da legislação, da lei pura, poderíamos fechar o Poder Judiciário brasileiro. Ele não precisaria ter uma aplicabilidade. Seria: está na lei, pronto, acabou. Mas é para isto que temos o nosso poder jurisdicional, para que se possa realmente fazer uma avaliação da amplitude da lei, e o Poder Legislativo para fazer representar muitos moradores que estão aqui hoje.

Uma coisa me chocou muito, Deputado Chico Vigilante. Essas mulheres choravam lá em cima, no gabinete do Deputado Bispo Renato Andrade. Se o nosso

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16 06 2016		15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		21

mandato valer para cuidar de uma família, acho que ele terá valido a pena, Deputado Chico Vigilante. Que possamos todos dar as mãos nesta tarde. Nenhum Deputado aqui – tenho certeza e posso abrir a boca para falar isto – foi eleito por grilagem de terra, nenhum dos 24 Deputados. Todos que foram eleitos nesta legislatura trabalham. Ninguém aqui estimula invasão de terra. Pelo contrário. Sou autora de um projeto de lei que, inclusive, corta benefício de quem invade terra pública, benefício social do Bolsa-Família, tudo isso, Deputado Ricardo Vale. Mas acho que V.Exa. foi muito firme na defesa desses moradores, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, bem como esta Casa.

Acho que o governo precisa ter sensibilidade, um olhar diferenciado. Não vão tirar por quê? Eles colocaram lá, Deputado Ricardo Vale: “É uma questão de honra, porque lá em Vicente Pires estão construindo prédios etc.” Não dá para ser questão de honra, tem que ser questão de parâmetro mesmo. Temos que ter um olhar diferenciado para as pessoas.

Então, eu queria fazer este apelo aos colegas que estão aqui: que tivéssemos um pouco de sensibilidade. Acho que é esse o dever moral da Câmara Legislativa. Eu não tenho dificuldade... Por muitas vezes – eu falava isso para eles lá em cima –, fomos chamados de tantas coisas erradas aqui, pela imprensa, de que estamos defendendo grilagem de terra e até o projeto da Deputada Telma Rufino. O que defendemos realmente é que as pessoas tenham dignidade, a dignidade do ser humano. Uma notificação é questão de dignidade, não é questão de defender permanência ou retirada das pessoas.

Estamos na luta de vocês. Tenho certeza de que não estou sozinha. Vários Deputados estão conosco nessa luta, a fim de encontrar uma alternativa jurídica e viável para resolver esse imbróglio. Então, contem comigo!

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma saudação aos moradores de Vicente Pires que aqui estão e propor a todo o Plenário uma reflexão. O governo precisa ter o olho para a população.

Essa questão de hoje, falarmos de legalidade ou ilegalidade, tem um histórico. As coisas não nascem ilegais ou legais. As coisas nascem! Se ficassemos com o foco apenas no que tem previsão legal ou não, o Palácio do Planalto não poderia estar localizado onde está. Se formos relembra a história desta cidade – e aqui o Dr. Eduardo, a quem sucedi lá no Patrimônio da União, sabe muito bem disto –, Deputado Chico Vigilante, na época do Presidente Fernando Collor de Melo, nós vendemos as casas no Lago sem sequer terem habite-se.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS			
Data		Horário Início		Sessão/Reunião		Página	
16 06 2016		15h40min		55ª SESSÃO ORDINÁRIA		22	

Então, note-se que, quando o governo tem o compromisso de resolver os problemas olhando para as pessoas, ele consegue resolver o problema e se aproxima um pouco daquilo que é justiça. Justiça é um valor muito maior que a lei. A lei existe para materializar o pensamento da sociedade. Entretanto, o nosso ordenamento jurídico tem leis que nem sempre materializam o pensamento da sociedade.

Eu conheço muito bem essa história de Vicente Pires. Vicente Pires, durante muito tempo, foi administrada pelo Governo do Distrito Federal através da Fundação Zoobotânica, como se fosse do Governo do Distrito Federal. E, na verdade, não era do Governo do Distrito Federal, mas da União. Foi exatamente lá no Patrimônio da União que nós, eu e o Dr. Eduardo, descobrimos que era da União. E, aí, o que sempre quisemos lá foi regularizar a situação. Entretanto, muitas vezes a chamada ilegalidade arguida pelo governo decorre de outra ilegalidade, que é a falta de fiscalização, que o Poder Executivo tem a obrigação de fazer e não faz. E, aí, deixam se consolidarem as situações. Quando isso ocorre, meu companheiro – aqui entre nós –, você pode não gerar o direito positivo, mas você gera o direito natural. A gente sabe disso.

Então, o que é preciso no momento – acho que é uma reflexão não apenas para o plenário, mas principalmente para o Poder Executivo – é verificar como se poderá fazer justiça a essas pessoas, que só sonham com uma coisa: ter a casa própria com sossego.

Quero dizer aos moradores de Vicente Pires e de todos os outros lugares, como o Sol Nascente, onde já tivemos problemas, e o Lago Norte, que muito melhor que usar o poder de força que o Estado tem é usar o poder do convencimento. É disso que os governos precisam. E o convencimento se constrói fazendo-se um consenso com as pessoas. Não tenho dúvidas, assim como a Deputada Celina Leão, nossa Presidente, de que, nesta Casa, vocês encontram apoio para que busquemos uma solução que não seja traumática. E que o governo não nos veja como inimigos, como adversários, mas como parceiros que querem ajudar a nossa cidade a solucionar os nossos problemas. Eu estava agora mesmo, Deputado Chico Vigilante, lá no auditório, ajudando na solução de um problema que envolve lavadores de carros. Daqui a pouco, vou subir ao meu gabinete para conversar com o administrador da rodoviária, porque temos problemas lá também.

Então, veja que, no momento em que o Distrito Federal tem 400 mil pessoas desempregadas, a gente vem com essa história de dizer assim: "Não. A lei é a lei". Pare aí, pessoal, a lei só é bem aplicada quando ela atinge o seu objetivo, que é a justiça.

Então, me alinho com a nossa Presidente, com todos os Parlamentares que queiram, que possam ajudar numa solução consensual. Dentro desta Casa, dentro deste plenário, existem inúmeras pessoas que podem ajudar. Eu vou citar um exemplo. O Deputado Wellington Luiz, que entende tão bem dessa questão de regularização de condomínios, o Deputado Agaciel Maia, que também entende, e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA		23

outros que já emprestaram o seu trabalho ao Poder Executivo... Por que não o governo buscar nessas pessoas talvez algumas sugestões? Quem sabe, dessa forma, evitaria conflitos?! Governo só serve para resolver conflitos. Problemas, nós temos demais, não precisamos que o governo nos ajude a criar mais.

Obrigado, Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro saudar os pais e as mães de famílias que hoje se encontram aqui angustiados por todo esse terror criado por este governo. Eu quero começar respondendo à pergunta de S.Exa. Sabe por que, Deputado, ele não nos procura? Porque este governo não sabe construir pontes, ele só sabe derrubar muros e casas, sabe derrubar sonhos de pessoas, de pais e mães de famílias! É lamentável a forma como este governo tem tratado as pessoas de bem.

Eu vou dizer uma coisa para vocês. Eu tinha prometido para mim mesmo que eu não pediria mais nada para este Governador, até porque eu não acredito nele, não acredito nas promessas dele, mas, em nome de vocês, em nome do sonho que vocês construíram, eu vou pedir para o Sr. Governador Rodrigo Rollemberg que tenha um pingão de sensibilidade e pare de criar sofrimento às famílias; que, pelo menos, dê espaço para esta Casa dialogar; que, pelo menos, permita que essas pessoas possam encontrar uma saída.

Não é possível que um governo consiga, em um ano e meio, ter uma marca apenas de destruição. Se hoje perguntarem o que o Sr. Rodrigo Rollemberg fez, a única coisa que ele pode dizer, batendo no peito, é: "Eu destruí sonhos e famílias". A única coisa que ele fez foi isso. Ele causou sofrimentos à sociedade de Brasília o tempo inteiro porque não tem a sensibilidade de ouvir as pessoas. Então, é lamentável.

Vocês são outras vítimas de tanta arbitrariedade e truculência daquela empresa que ele hoje fortaleceu, porque foi onde ele investiu mais dinheiro, para destruir sonhos. Poderia ter colocado dinheiro na Novacap para construir pistas, para pavimentar estradas, mas não: é melhor gastar com tratores que vão derrubar casas, que vão derrubar sonhos. Podem ter certeza absoluta de que nós vamos lutar e lutar muito ao lado de vocês. É inadmissível que um governo sobreviva apenas fazendo o mal.

Então quero, quebrando a minha promessa, pedir ao Sr. Governador que tenha o mínimo de sensibilidade. Se não pode ser em nome dos Parlamentares, que seja em nome das famílias, porque eu tenho certeza de que ele tem uma, pelo menos, em nome da família que ele construiu, que respeite a família de vocês.

Muito obrigado, que Deus abençoe vocês. (Palmas.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 16 06 2016	Horário Início 15h40min	Sessão/Reunião 55ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 24

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde, caros colegas, nossos amigos de Vicente Pires e Condomínio Bougainville.

É o seguinte: nós já conversamos sobre isso, e toda palavra que foi dita até agora dos nossos Parlamentares direciona a um só caminho. O que nós queremos de verdade é que se mantenha de pé a casa dessas pessoas que lutaram a vida inteira para que esse sonho se tornasse realidade. Se elas perderem essa casa, perderão toda a história de uma vida, foi jogada fora. Não cabe ao Governador, como homem público, como pessoa que chegou aonde chegou como Governador, ficar com birra. A birra dele é para derrubar as casas da chácara 200, depois, da 94, depois não sei mais de onde. Isso não cabe a um homem que hoje ocupa a posição que ele ocupa. E, mais ainda, a população não é contra a instalação de equipamentos públicos desde que se converse sobre isso.

Está sobejamente garantido em toda a legislação que primeiro precisam ser feitas audiências públicas para regularização de qualquer assentamento ou de qualquer cidade, e isso não foi feito em Vicente Pires. Então, foi feito de maneira asoberbada, tanto é que há pessoas respondendo na Justiça Federal pela maneira atabalhoada como foi feita essa tentativa de regulamentação de Vicente Pires até agora.

O que a gente pede, Sr. Governador, é que o senhor tenha um mínimo de sensibilidade e que ouça a voz dessas pessoas que já não têm mais por quem clamar. Hoje, humanamente falando, o senhor é a última esperança dessas pessoas de se manterem vivendo. E mais ainda: será que o senhor quer ter as mãos manchadas de sangue? Falo isso porque, se amanhã ou semana que vem houver derrubadas, não tenho dúvida de que pessoas morrerão e de que o senhor vai ficar marcado na história como o governador que derruba casas, que derruba sonhos, mas que também tira a vida das pessoas por interpostos que agem a seu mando – ninguém vai agir, ninguém é louco de ir para uma derrubada dessa sem a anuência do Sr. Governador do Distrito Federal.

A minha palavra nesse sentido é só de apoio. Espero que o Governador, no momento em que estivermos lá, daqui a pouco, nos ouça, reveja essa situação e, de fato, garanta não apenas a casa, mas o sonho e a vida dessas pessoas.

Era isso, Sr. Presidente. (Palmas.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Concedo a palavra a V.Exa.

 CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, participei de dois momentos extremamente graves, um deles foi a tentativa da tropa de choque, Deputado Ricardo Vale, de tirar as pessoas da área onde hoje é o Paranoá. Havia uma determinação do governo, sei lá de quem mais, ainda na década de 80, de retirada das pessoas dessa área do Paranoá – diziam que pobre não podia morar ali. E a população se organizou, fomos lá, um grupo de sindicalistas, até o Hélio Doyle, que era jornalista e Secretário-Geral do Sindicato dos Jornalistas, estava lá nesse dia. A gente conseguiu fazer aquelas pessoas resistirem, e o Paranoá hoje é uma realidade, é uma cidade bonita.

Depois houve outro momento em relação à Vila Telebrasília, muita gente conhece essa vila. Havia uma determinação de retirada da Vila Telebrasília por questões ambientais, quando, na verdade, sabíamos que o que havia era especulação imobiliária: queriam tirar aqueles moradores tradicionais para colocar, vender, sei lá fazer o quê. A população resistiu, e está lá a Vila Telebrasília, hoje é uma realidade.

Em relação à chácara 200, fico imaginando por que o governo não impediu antes. Por que deixou construir? Por que, depois de construído, vêm as derrubadas? Está parecendo que estão tentando dar exemplo, ou seja: vão derrubar essa chácara para dar exemplo. Mas exemplo para quem? Eu não quero que derrube nada, Deputado Delmasso, mas, enquanto estão tirando a chácara 200, aquela região da 26 de Setembro cresce, já é maior do que Vicente Pires, e está lá, ninguém diz nada. Portanto, acho que não se pode usar a chácara 200 para dar exemplo aos demais. Dizem: "As pessoas que compraram sabiam que não era delas". Nem o governo sabe se a terra é dele, pois tem uma parte que é da União, tem outra parte que é da Terracap, e outra parte que nem... O único que eu sei que é dono daquela terra é Deus, e Deus não está fazendo confusão nenhuma com ninguém.

Eu acho que, neste momento, precisa prevalecer o bom senso. E o que seria prevalecer o bom senso? Chamar os moradores e dizer: "Olha, vocês compraram de quem não deveriam, mas nós não vamos derrubar vocês. Vamos chegar a um preço justo, vocês vão pagar, porque todo mundo de Vicente Pires vai pagar de novo". Mas não fazer do jeito que se está fazendo.

Vocês imaginem o tamanho que estão os juros de bancos. Eu sei de gente que se endividou nos bancos para construir. Banco está pior do que agiota. A diferença do banco para o agiota é que o agiota mata com tiro e o banco mata de desespero, pelos juros que são praticados.

Eu acho que a solução é esta que eu vou fazer ao Governador Rollemberg, até porque eu tenho certeza de que, se essa derrubada estivesse acontecendo no tempo em que ele era Deputado Distrital, ele estaria aqui fazendo discurso contra, dizendo que é um absurdo. E agora está sendo derrubado. Eu acho que tem que chamar os moradores e dizer: "Olha aqui, vamos encontrar uma solução negociada para isso". Uma solução negociada. Vamos verificar o preço estipulado pela Caixa

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016		15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

Econômica, pela Terracap, sei lá por quem é. Precisa fazer licitação com direito de preferência de quem já está e devolver a tranquilidade de vocês.

Fala-se tanto em não traumatizar crianças, não é? Eu fico imaginando o trauma permanente que vão ter os filhos de vocês, vendo a casa sendo derrubada sem saber para onde vão. Isso é um trauma que marca a alma. Nunca mais essas crianças serão as mesmas, nunca mais serão as mesmas.

Fala-se tanto do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Criança, da Lei da Palmada, dos direitos humanos. Quer uma coisa mais desumana do que uma criança, que dormiu ontem na sua cama, no seu quarto, arrumadinho, amanhã ver a casa dela caindo sem saber mais para onde vai? Não há agressão maior aos direitos humanos do que isso.

Portanto, eu faço um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg: bote os grileiros na cadeia, mas respeite essas pessoas que não têm culpa de não ter tido uma opção de habitação decente no Distrito Federal. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Antes de passar a palavra ao último orador, Deputado Rafael Prudente, peço licença aos Parlamentares para ler uma carta da Deputada Liliane Roriz:

“Eu, Deputada Liliane Roriz, quero agradecer o apoio dos colegas neste momento em que me encontro em recuperação de uma cirurgia. É importante poder contar com essa parceria para a inclusão dos meus projetos na nossa pauta de votação. Obrigada também pela lembrança da menção em plenário do meu afastamento por questão de saúde.”

Assina a Deputada Liliane Roriz.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero saudar o pessoal de Vicente Pires.

Deputado Bispo Renato Andrade, Sr. Presidente, eu acho que está faltando ao governo o que fazer, porque inventa uma coisa atrás da outra. Primeiro, foi aquela invenção lá de Taguatinga, que foi ruim para todo mundo. Agora, não tem o que fazer, mandou embora setecentos profissionais da vigilância. Está trabalhando numa legislação – não sei nem se publicou ainda – da questão LGBT.

Faz isso em vez de cuidar do Buritizinho, em Sobradinho II; em vez de cuidar do Pôr do Sol e do Sol Nascente, onde as obras estão devagar, quase parando; em vez de cuidar de lançar aquela obra do túnel de Taguatinga, para gerar emprego; em vez de fazer o BRT Norte, com o empréstimo que aprovamos aqui, de mais de 1 bilhão de reais – nós o aprovamos em abril do ano passado e até hoje nem publicação teve; em vez de fazer a expansão do metrô para Samambaia, para a

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 16 06 2016	Horário Início 15h40min	Sessão/Reunião 55ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 27

expansão de Samambaia, para o final da Asa Norte e para Ceilândia também. Não foi feito.

Então, só peço uma coisa ao governo: deixe as pessoas em paz! Deixe as pessoas lá de Vicente Pires em paz! Esse é um apelo que faço ao Governo do Distrito Federal.

Faço uma sugestão, Sr. Presidente, Deputado Prof. Reginaldo Veras. O governo gasta muito dinheiro com essas remoções. Muitas vezes, nessas áreas mais carentes, em que nós temos algumas invasões, isso acontece porque as pessoas não têm para onde ir. Eu só vejo a Terracap vender terrenos para ricos, terrenos para grandes empresas, o que tem que ser feito mesmo. Mas por que o governo, que tem uma área extensa, que tem esses terrenos grandes daqui da Terracap, não faz um parcelamento e vende esses lotes a preço baixo, dá um prazo longo, para as pessoas terem como comprar e onde morar?

Então, em vez de se fazer perseguição, faço um apelo para que se faça realmente um projeto que vá beneficiar a população do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Pergunto se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero me solidarizar com as famílias de Vicente Pires que estão presentes aqui. Eu, como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, tenho acompanhado essa questão das desocupações em várias áreas do Distrito Federal. Quero lamentar – já por várias vezes me manifestei aqui, já conversei com o próprio Governador, já conversei com a própria Bruna – que exista uma política equivocada com relação a essas desocupações.

Infelizmente, o governo deixa os grileiros agirem. Eles vendem esses lotes, ocupam essas áreas, a população humilde vai lá morar e, depois que ela gasta suas economias, constrói suas residências, vem o aparato do Estado com muita truculência, sem levar em consideração que são famílias carentes, são crianças, são mulheres, são trabalhadores, e derruba tudo de uma forma extremamente – na minha avaliação – selvagem, desumana. Se o governo e a AGEFIS – Agência de Fiscalização estivessem trabalhando mais no sentido de impedir a grilagem de terras, a venda desses lotes, a venda dessas áreas para pessoas humildes, talvez a gente não estivesse vendo no Distrito Federal tanta injustiça com pessoas que querem ter o direito – que têm o direito – de ter onde morar.

Lamento que o governo ainda não tenha políticas de habitação para essas populações carentes. Ora, se não tem onde morar, vai morar onde? Na rua? Vai ocupar prédio? Vai invadir prédio aqui? Hotel? Não. Vai morar onde der. Então, não tem política habitacional, não tem política para impedir invasões, mas tem política

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
16 06 2016	15h40min	55ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

para usar o aparato do Estado – a PM, a Agefis, o Ibram – Instituto Brasília Ambiental –, esses órgãos que, na minha avaliação, agem sem levar essas coisas em consideração, sem ver o lado social e humano. Infelizmente, parece que essa coisa não tem fim, parece que a política é essa mesmo, é agir com a força, é agir com truculência.

O que me resta agora é, como Parlamentar, sentir-me impotente por não conseguir reverter essas coisas e apenas pedir desculpas para vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS) – Muito obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Não havendo mais *quorum* suficiente para deliberações, a Presidência vai encerrar a sessão.

Sigam todos em paz.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h39min.)